

MIKAEL PARKVALL, DA ÁFRICA PARA O ATLÂNTICO. CAMPINAS, EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2012.

Lilian do Rocio BORBA

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP)

Renato Miguel BASSO

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Em novembro de 2012, a Editora da UNICAMP publicou o livro “Da África para o Atlântico” (367 páginas). Trata-se de uma primorosa tradução feita por Rodolfo Ilari da obra “*Out of Africa: African influences in Atlantic Creoles*”, escrita pelo renomado linguista sueco Mikael Parkvall, e publicada originalmente em 2000. Entre os vários méritos dessa obra, destacamos de saída que o diálogo analítico empreendido pelo pesquisador com autores e estudos anteriores oferece ao leitor uma rota para percorrer os caminhos dos estudos em crioulística elaborados no último século.

Parkvall, declara logo na Introdução do Primeiro Capítulo, que o estudo empreendido investiga “a presença de elementos originários do substrato nas línguas crioulas do Oceano Atlântico. Seu objetivo é, em primeiro lugar, identificar elementos que possam ser atribuídos com segurança à influência dos substratos e, em segundo lugar, examinar que relações possa haver entre essas descobertas e aquilo que se sabe do desenvolvimento histórico e demográfico das comunidades em que se falam crioulos atlânticos” (p. 17; grifos nossos).

Parkvall se insere de maneira crítica e inovadora na longa e complexa discussão sobre a caracterização das línguas crioulas (como definir uma língua crioula?), sobre o tratamento a ser dado aos dados em crioulística

e também sobre a metodologia a ser empregada no estudo das línguas crioulas, lexificadoras e de substrato. A questão de fundo nos estudos dos pidgins e crioulos, segundo o autor, é entender como funcionam o contato linguístico e a reestruturação das funções de cada língua e, para tal entendimento, é fundamental determinar onde se originaram as várias características linguísticas que compõem os subsistemas dessas línguas. Para melhorar a compreensão sobre a formação de um pidgin ou de um crioulo, é fundamental reconhecer os elementos que foram conservados em sua formação, opondo-os aos elementos que foram (re)introduzidos posteriormente pelo contato com as respectivas línguas lexificadoras e demais desenvolvimentos linguísticos subsequentes. Boa parte de seu trabalho é uma elaboração de tal trajeto, com ênfase nas características das línguas crioulas que podem ser retracadas às línguas de substrato.

A obra em análise é em vários sentidos uma obra abrangente, que impressiona não só pelo número de línguas crioulas que considera, mas também pela quantidade e a diversidade de línguas de substrato que ela levou em conta. O estudo focaliza os crioulos 1) falados nos dois lados do Atlântico, 2) que receberam boa parte de seu vocabulário de uma das seguintes línguas europeias: inglês, francês, português, holandês e espanhol, 3) que têm por substratos línguas faladas ao longo das costas ocidentais da África, e 4) que surgiram como decorrência da colonização europeia e do tráfico de escravos entre os séculos XV e XVI. Sendo assim, ficam excluídas do estudo línguas de contato cujo léxico não é europeu, assim como variedades que parecem não ter se originado no período em questão, como o *français tirailleur* – um pidgin da África Ocidental de base francesa. Da mesma forma, segundo o autor, ficam de fora de seu estudo variedades reestruturadas apenas modernamente, como o português brasileiro vernáculo (PBV), o espanhol vernáculo caribenho, o inglês vernáculo afro-americano, o holandês de New Jersey, o *français populaire* de Abidjan, e os dialetos franceses de São Tomás, St. Barth e Missouri, e os dialetos ingleses das Bermudas, Ilhas Cayman,

Ilhas da Bahia de Honduras, de Saba, Santa Helena e Tristão da Cunha (p. 18). Nada menos que 168 línguas africanas são investigadas com o objetivo de saber se os crioulos que hoje conhecemos guardaram ou não alguns de seus traços em um ou mais dos níveis de análise linguística que o trabalho apresenta: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e léxico.

A abrangência da obra revela-se também na preocupação, mais do que necessária, que o autor tem com relação aos dados demográficos dos falantes das línguas envolvidas em sua pesquisa (as lexificadoras, as crioulas e as de substrato). Para evitar ao máximo os vieses, Parkvall encarou toda língua africana falada perto da costa entre o Senegal e Angola como um potencial substrato de qualquer crioulo atlântico, e consultou todas as descrições possíveis das línguas dessa área. Ao considerar posteriormente os dados demográficos disponíveis, verificou que “houve uns poucos escravos de cada área mais extensa em cada colônia e, dado que, em condições favoráveis, um grupo poderia ter uma influência desproporcionalmente grande na formação de um crioulo, nenhum grupo foi excluído *a priori*” (p. 24). E é por isso que o autor chega à seguinte formulação: “os crioulos precisariam ser examinados, num primeiro momento sem referência aos dados demográficos. A demografia e a história só poderiam vir a ser consideradas mais tarde, sendo então usadas para excluir línguas-substratos implausíveis.” (*ibid.*).

Além dessa abrangência monumental, a obra também impressiona pela sua ousadia: diferentemente de muitos autores que trabalham com crioulística e contatos linguísticos, Parkvall defende que é possível definir e identificar uma língua crioula por seus traços estruturais, ou seja, o autor defende uma noção sincrônica de língua crioula com base em fundamentos linguísticos internos. A ousadia dessa posição é argumentar que as línguas crioulas são, por um lado, línguas naturais como quaisquer outras, mas que, por outro lado, apresentam traços característicos, que permitem identificá-las como tais.

Passando à estrutura da obra, vemos que, além dos agradecimentos e de uma nota de tradução, o livro é composto por sete capítulos: os dois primeiros lidam com a contextualização do problema a ser tratado, sua delimitação e também com questões epistemológicas; o terceiro, quarto e quinto capítulos lidam, respectivamente, com fonologia, gramática e léxico-semântica; o sexto capítulo traz uma discussão demográfica e o sétimo apresenta os resultados alcançados de forma sintética. O livro conta também com dois índices remissivos: um de lugares e um onomástico.

Apesar de os dois primeiros capítulos ocuparem uma parte pequena do livro (p.17-57), talvez seja aqui – para além das conclusões – que encontramos as considerações mais fortes e, por isso mesmo, mais interessantes do estudo. No capítulo 1, página 31, Parkvall assume que “crioulos derivam de pidgins”, obviamente consciente de que essa afirmação é polêmica, e a polêmica deriva do fato de que tal caracterização do que vem a ser um crioulo necessariamente faz um recorte com o qual nem todos estão de acordo. Se os crioulos sempre derivam de um pidgin, pode-se também afirmar que entre as línguas que estão em sua gênese e o crioulo haverá uma “ruptura tipológica” (nas palavras de ROUGÉE, 2008, p. 63). Em nosso contexto mais imediato, inevitavelmente, pensamos no português brasileiro vernacular (PBV) e em sua história – considerando a definição usada por Parkvall, defender que o PBV seja um crioulo (mesmo um “crioulo descrioulizado”) é complicado, pois agora é necessário defender também que houve um pidgin no Brasil, um crioulo a partir dele (provavelmente com ruptura tipológica) e uma descrioulização muito profunda (ou um “crioulo pouco profundo”, algo difícil de acomodar na definição dada por Pakvall)¹. Apenas essa problemática já serve para ilustrar como a definição usada pelo autor é controversa. Contudo, por trás dessa polêmica há algo muito sadio, a saber: uma definição mais precisa de crioulo, uma definição linguística e

¹ Lembremos que para Parkvall o PBV não é um crioulo, mas sim uma “variedade reestruturada apenas modernamente” (p. 17).

não histórica², que torna termos como “traços crioulos” menos vagos – se as línguas crioulas só são identificadas pela sua história, como afirmar que há traços (lingüísticos) crioulos? – e põe a pesquisa numa direção mais concreta ao eliminar de sua busca traços claramente pertencentes a línguas lexificadoras, por exemplo.

Ainda no primeiro capítulo, o autor rejeita – a nosso ver, com toda a razão – o chamado “princípio da cafeteria”, segundo o qual, na busca por determinado traço linguístico-gramatical pertencente a uma dada língua crioula, os pesquisadores examinam línguas africanas de interesse variável até que o traço em questão seja por fim encontrado e afirmam então que é essa sua origem, sem observar outras línguas que possam também trazer resultados semelhantes ou mesmo sem perguntar se os dados demográficos justificam sua suposição (p. 22). Tal princípio é claramente falacioso por confundir causas necessárias com causas suficientes, exemplificando potencialmente um raciocínio do tipo *post hoc ergo propter hoc*. Na perspectiva de Parkvall, a busca por traços de línguas de substrato deve ser realizada do modo mais amplo e completo possível, considerando posteriormente a demografia relevante (na cronologia relevante), além de uma perspectiva tipológica mais ampla. A plausibilidade de uma permanência de substrato é garantida pelos fatores demográficos – o chamado “edito de Bickerton” (p. 25) –, mas a confirmação via demografia se dá somente depois da identificação do traço de substrato relevante ao comparar-se as línguas em jogo. Essas são, em resumo, as linhas gerais de seu objetivo no livro ora em análise.

No capítulo 2, o autor apresenta de modo muito interessante e exaustivo qual pode ser a origem de um traço linguístico-gramatical qualquer presente num dado crioulo. Um traço linguístico-gramatical qualquer pode estar presente numa língua crioula devido a sua presença (a) na língua lexificadora ou (b) nos substratos, pode ser também um traço que ocorra (c) em outros crioulos não relacionados com o crioulo

² Cf. Roberts, 1997, p. 11 e também Lucchesi *et alii*, 2009

em questão (universais de reestruturação) e, finalmente, podemos estar diante de (d) um universal linguístico. Nesta altura, já deve estar claro que o interesse de Parkvall é apenas pelos traços que se enquadram em (b), mas o esforço necessário para “limpar o terreno” é muito importante e serve para evitar armadilhas comuns, em geral derivadas da pressa ou do descuido do pesquisador (como o “princípio da cafeteria”) ou da necessidade de provar algo que parece óbvio (se a língua A estava lá, então o traço X da língua A foi passado para a língua Y) mas que não é necessário. Um exemplo interessante destas armadilhas é apresentado por Parkvall ao discutir alguns dos argumentos que levaram Holm (1987, 1992) a afirmar que o PBV deve boa parte de suas “características crioulas” ao crioulo de São Tomé (pp. 51-52) – como mostra Parkvall, em tom de ironia, os mesmos “traços” ou “características crioulas” podem ser usados para argumentar que também o sueco deriva do sâo-tomense, e isso se dá porque os traços usados na argumentação de Holm são universais ou quase-universais e não servem portanto para isolar e/ou identificar uma língua frente a outras. Como Parkvall deixa claro, “a hipótese que eu defendo é que, para demonstrar que uma língua influenciou outra, seja ela um crioulo ou não, os traços aduzidos como prova devem ser até certo ponto idiosincráticos” (p. 52). A presença de traços idiosincráticos naturalmente se alia à ideia de que os crioulos necessariamente derivam de pidgins e apresentam rupturas tipológicas, como já mencionamos.

Entre os capítulos 3 e 5, vemos um minucioso levantamento de dados linguísticos relativos a todas as línguas envolvidas, começando com traços fonológicos e acabando com considerações semânticas. O método empregado por Parkvall consiste em observar o que há nas línguas lexificadoras, nas línguas de substrato e, finalmente, no crioulo sob consideração, buscando então fazer alguma generalização interessante com relação ao fenômeno sob análise. Na sequência, descrevemos um pouco dos resultados de cada capítulo apenas com o intuito de atestar a exaustividade que atribuímos à pesquisa da Parkvall.

No capítulo 3, dedicado à análise fonológica, as afirmações acerca da presença ou ausência de fonemas nas línguas da África Ocidental fundamentam-se em uma base de dados elaborada pelo próprio autor na qual são incluídos os inventários segmentais de cerca de 80 línguas. Tal base foi organizada com dados fornecidos por diversos estudos sobre crioulos, todos devidamente citados pelo autor, e mais uma vez a abrangência do estudo emerge, pois Parkvall reúne trabalhos publicados entre os anos de 1912 e 1995. Nesse capítulo, o leitor encontra a descrição da distribuição das vogais no que concerne à abertura e à desnasalização, além de análise sobre as vogais anteriores arredondadas e sobre as vogais altas nasais. Para cada um desses fenômenos, Parkvall oferece uma tabela na qual figura a identificação do traço em foco relacionando-o com as línguas em que figuram os traços observados e a identificação do grupo de crioulos ao qual pertencem, além da indicação do possível substrato de influência. Encontramos também, ainda nesse capítulo, a descrição dos sons consonantais, e dentre os diversos traços analisados – a falta de /z/, a origem das fricativas interdentais em angolar, a inexistência de distinção entre laterais e róticos em muitos crioulos do Atlântico, entre vários outros – a descrição dos sons róticos merece grande destaque pela riqueza de possibilidades de ocorrência anotadas pelo autor. Segundo Parkvall (p. 75), muitos dos substratos potenciais e, portanto, também alguns crioulos não têm nenhum fonema rótico. Além disso, outras tantas línguas africanas ocidentais têm sons róticos, mas frequentemente não distinguem entre eles e uma lateral. Conclui o autor que seriam essas as razões pelas quais muitos crioulos usam de maneira intercambiável as líquidas das línguas europeias, de forma regular ou esporádica, do ponto de vista diacrônico. Como vemos no restante do livro, os dados são apresentados em forma de detalhadas tabelas, o que auxilia o leitor durante uma consulta ao rico e vasto material.

O capítulo 4, destinado à gramática, é o mais extenso da obra e apresenta/discute uma série de fenômenos tradicionalmente relacionados aos estudos de línguas em contato. O capítulo tem como primeiro fenômeno em foco a reflexivização e, para sua discussão, o autor traça um paralelo entre construções reflexivas que envolvem a palavra “corpo” – ou o nome de uma parte do corpo – nas línguas africanas ocidentais e, sobretudo, no francês, mostrando que o fenômeno é observável em ambos os casos. Nas línguas crioulas, os reflexivos “corporais” foram atestados com maior frequência nos crioulos de base francesa; nos crioulos de base portuguesa, a Alta Guiné apresenta tanto a construção que emprega a palavra “corpo” quanto a construção que emprega “cabeça”; nos crioulos da Baixa Guiné, o autor encontrou uma construção que usa a palavra “corpo” (trata-se, na verdade, de um empréstimo do edo ou do ibo); por fim, nenhuma forma de reflexivização que use “corpo” foi atestada em nos crioulos de lexificação holandesa, nem no papiamento, nem em *palenquero*. (p 122-3). Assim como no capítulo anterior, o autor elaborou, para o capítulo 4, tabelas com informações sobre a etimologia, os morfemas analisados, as línguas nas quais o fenômeno em questão é encontrado e a fonte de onde as informações foram coligidas.

Diversos outros fenômenos são descritos e analisados pelo autor ainda nesse capítulo, e entre eles podemos citar: a negação, a serialização verbal, os sistemas de determinantes, a reduplicação, a reinterpretiação do morfema e as fronteiras da categorização lexical, bem como padrões de negação, a posposição entre outros. No que diz respeito ao emprego das conjunções, o autor afirma que “exatamente como em outras categorias altamente gramaticais, as conjunções têm tendência a desaparecer durante a reestruturação, dando lugar à justaposição” (p. 138). Além disso, ressalta que as estratégias de gramaticalização são com frequência influenciadas por padrões oeste-africanos. Sobre os sistemas de determinantes, por exemplo, o autor destaca que sua colocação na língua

de substrato influencia a colocação resultante no sintagma nominal da língua crioula, uma vez que a maioria dos crioulos atlânticos se enquadraria no padrão europeu (DEM N) a despeito da ordem tipicamente africano ocidental (N DEM). Por fim, outro aspecto gramatical interessante diz respeito à reinterpretação das fronteiras dos morfemas, e, segundo o autor, o que vemos comumente nas línguas crioulas é “a incorporação de artigos definidos, pluralizadores, marcadores de classe, preposições e outro material que passa a fazer parte dos substantivos e de outros núcleos sintagmáticos” (p 165-166).

O capítulo 4 apresenta ainda um estudo sobre a marcação de tempo, modo e aspecto verbais (TMA) – um campo de estudos certamente muito rico. Segundo o autor, essa área ocupou por vários anos uma posição central na crioulística desde que Bickerton (1981, 1984) lançou sua Hipótese do Bioprograma Linguístico, em que aproxima os sistemas TMA das “línguas crioulas pelo mundo afora”. Uma das afirmações feitas por aquele pesquisador é que o uso dos progressivos para codificar o futuro seria um traço de influência africana e essa é uma das questões analisadas mais detidamente no trabalho de Parvall.

O capítulo 5 discute questões relacionadas ao léxico – área mais prontamente afetada pelo contato linguístico – e à semântica – uma das áreas menos exploradas pelos estudos crioulísticos. Parkvall (p.199) afirma que parece haver consenso sobre o fato de os itens lexicais das classes abertas passarem normalmente por empréstimo de uma língua para outra antes que sejam aceitos traços fonológicos, sintáticos ou morfológicos da língua doadora. No entanto, as afinidades lexicais, mesmo quando são exploradas de maneira confiável, são menos indicativas das origens genéticas de uma língua devido justamente à menor estabilidade que há nas classes abertas do léxico quando comparadas com a gramática e palavras de classes fechadas (palavras gramaticais). Merece destaque o fato de que todos os dados analisados nessa seção (seção 5.1, pp. 199-225) têm por base o levantamento elaborado pelo autor e denominado

*Afrolex*³. Com relação aos fenômenos semânticos, diante da enorme escassez de estudos, Parkvall argumenta que há três tipos principais de reestruturação e reformulação semântica (pp. 226-227), que são: (i) lexicalização de compostos semanticamente transparentes, devido ao número drasticamente reduzido de itens lexicais no pidgin de base; (ii) africanismos semânticos autênticos, como o uso de palavras para mão e pé para fazer referência ao membro que vai da mão ao cotovelo e do pé ao joelho, respectivamente; e (iii) decalques idiossincráticos que, geralmente, tem a ver com algum traço circunscrito aos crioulos ainda em contato com as línguas africanas. O autor chama também a atenção para casos em que uma palavra tem seu significado “relocado”, como é o caso da palavra “lobo” no crioulo português de Guiné-Bissau que designa, na verdade, a hiena. Não há conclusões com relação aos dados semânticos justamente devido à insuficiência de dados e análises previamente disponíveis.

Uma vez identificada uma provável influência (ou permanência de um traço) de substrato, usando a metodologia descrita rapidamente dos parágrafos anteriores, a próxima etapa empreendida pelo autor consiste em aplicar o edito de Bickerton, ou seja, voltar seus olhos à demografia; este é o objeto do capítulo 6. Seguindo os passos dos capítulos anteriores, vemos novamente aqui uma análise exaustiva com relação aos dados disponíveis sobre demografia histórica, tráfico e transporte de escravos africanos. De modo muito interessante, além dos dados estritamente populacionais, Parkvall considera também o que ele chama de “influências do substrato com base em fundamentos não linguísticos” (p. 273), que incluem tradições cultuais, literatura oral, certos aspectos pragmáticos, crenças religiosas, onomásticas etc. Todos esses aspectos podem, com o devido cuidado, ser usados como evidência a favor de

³ Documento elaborado pelo autor que contém informações etimológicas sobre 3.000 palavras de origem africana presumidamente presentes nos crioulos atlânticos. Segundo o autor, as etimologias são derivadas de cerca de 200 fontes diferentes, parte delas referenciadas no texto (p. 200).

uma influência de substrato previamente identificada. Mais uma vez, ressaltamos a grande minúcia e a profundidade que encontramos nesse capítulo, como, de resto, de toda a obra: não basta a identificação de um certo traço como sendo devido a um substrato, é preciso, além de eliminar quaisquer outras possibilidades por trás desse traço, mostrar que a demografia e/ou aspectos culturais mais amplos o justificam.

Uma das conclusões gerais, apresentada no capítulo 7, é que “no geral, parece haver correlação entre as influências dos substratos identificados nos crioulos atlânticos e a reconstrução demográfica dos respectivos territórios de fala crioula” (p. 293). A outra conclusão, confessa o autor, é que “há muito menos estruturas com origem nos substratos do que eu esperava encontrar” (p. 304). A interpretação feita por Parkvall desta última conclusão vai ao encontro de sua concepção de língua crioula: uma redução linguística (em termos estruturais) devido a um processo de pidginização e uma posterior expansão (da estrutura linguística) devido à crioulização, que levará em conta “todos os recursos disponíveis no contexto, incluindo tanto a língua lexificadora quanto os substratos” (*ibid.*). Outro fato evocado para corroborar tal visão é a coincidência entre os traços de substratos identificados e a composição etnolinguística das localidades onde se desenvolveu um dado crioulo durante as duas primeiras décadas de contato – justamente o período em que se dá a expansão causada pela crioulização.

Não podemos deixar de dizer, novamente, que a obra de Parkvall nos faz pensar muito sobre a formação do PBV e os paralelos possíveis a serem traçados. Não seria incorreto dizer que hoje, apesar de visíveis e importantíssimos progressos, ainda não temos uma análise tão profunda e ampla com relação à história e formação do PBV quanto aquela desenvolvida por Parkvall para os crioulos atlânticos. Outra consideração também despertada pelo seu trabalho refere-se a questões epistemológicas: afinal de contas, o que é uma língua crioula? A definição usada pelo autor não é a mesma que encontramos em boa

parte da literatura nem é aquela que usam os pesquisadores no Brasil. Como decidir qual definição usar? Obviamente não é fácil responder tal questão, mas vemos na obra em análise um avanço muito significativo na proposta feita do autor, não tanto porque ela pode estar correta, mas sim porque ela é precisa e pode ser empregada de modo profícuo na investigação linguística. Além dos outros ganhos que a tradução dessa obra traz para o leitor brasileiro – um certo método de fazer pesquisas em crioulística, a abrangência que tal tipo de pesquisa impõe, as armadilhas envolvidas nesse tipo de estudo e como evitá-las –, vemos na discussão epistemológica um ponto saudável, mas às vezes esquecido, que toda investigação sobre a dinâmica dos contatos linguísticos deveria tentar a todo custo esclarecer.

Se há algum ponto negativo na obra de Parkvall, julgamos que ele possa estar na imensa quantidade de dados que o leitor enfrentará ao longo da obra, as inúmeras tabelas, traços e características linguístico-gramaticais trabalhadas, além da vastidão geográfica e tipológica das línguas examinadas. Porém, ao invés de ver aqui um problema, preferimos olhar para essa faceta da obra como uma prova de sua seriedade e do empenho do autor, com a expectativa de que tal modo de fazer análise em crioulística, em sua analiticidade e meticulosidade, seja um modelo a ser seguido.

Referências

- BICKERTON, D. **Roots of Language**. Ann Arbor: Karoma Publishers, 1981.
- _____. **The language bioprogram hypothesis**. The Behavioral and Brain Sciences, 7, 1984, pp. 173-188.
- LUCCHESI, D. et alii. **O português afro-brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009.

ROBERTS, I. **Creoles, markedness and the Language Bioprogram Hypothesis.** Estudos Linguísticos e Literários, Salvador, n. 19, p. 11-24, 1997.

ROUGÉ, J. L. **A inexistência de crioulo no Brasil.** In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (Org.). África no Brasil: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 63-74.